

CAPÍTULO 1. VISIBILIDADE DAS MULHERES

1.1. A Questão de Gênero

Um outro sistema de análise se faz necessário, que permita um enfoque novo em um patamar mais crítico a respeito da qualidade do gênero humano e de suas diferenças peculiares entre os sexos que se constroem no interior do sistema de valores na organização social. O enfoque sobre a história social de homens e mulheres, história das mentalidades e a valorização da memória cultural permitirá dar visibilidade às relações de gênero dando a devida valorização do lugar da mulher ou às formas de poder exclusivamente feminino e invisível ao senso comum.

Experiências da vida cotidiana abrem novos caminhos, e formas de descrever o como e o quando os sujeitos se inscrevem no mundo, revelando a construção social dos sexos que permeia as relações de poder e subsistência. Todo elemento cultural se desenvolve dentro de um tecido social permeado por lutas, conflitos, contratos, negociações e compromissos que não necessariamente são fundados na equivalência, mas necessariamente em complementaridades.

A ruptura da invisibilidade das mulheres nos espaços públicos pode ser mudada através da perspectiva micro-social, abrindo novas e férteis tendências, férteis nos estudos de gênero. O sucesso da história cultural contribuiu de uma forma inovadora para os estudos dos papéis sexuais, valorizando o ato, o evento, na tentativa de modificar a escala de valores ancorada nas representações sociais cristalizadas e hierárquicas.

O fato de que a vida política é um espaço de ausência feminina não se sustenta, pois o trabalho doméstico se intersecciona com muitos outros considerados masculinos. A associação da mulher e do homem revela-se necessária para que as tarefas habituais sejam concluídas, sem desconsiderar-se que contém em seu bojo um sistema de valor hierárquico que desqualifica as tarefas ditas femininas. A política surge do todo social e se separa dele na medida em que tenta regular as formas de relação que procura estabelecer.

Mas, até que ponto se pode distinguir as forças que se estabelecem dentro do jogo social permeado de poderes e contra-poderes? Qual é o ponto que marca a ruptura entre o social e o político, se junto aos seres essencialmente sociais e políticos?

Neste cenário, anseia-se olhar para os jogos sociais e os papéis dos sujeitos inscritos na tessitura das relações de gênero, que geram os processos históricos, com suas visibilidades e invisibilidades contextualizadas no tempo, no espaço e na circunstância de seus eventos.

Existem outras maneiras de se estudar as relações de gênero, além, da visão dicotômica entre o espaço público e o privado, o bem e o mal, vítimas e algozes, o moral ou o imoral. São as novas tendências pós-estruturalistas trazendo um novo paradigma na forma de se olhar a História, para além da visão dicotômica que prevaleceu por muito tempo nos estudos de gênero que colocava a mulher em papel de exclusão.

A virada no jogo teórico e metodológico depende das mulheres. A nova apropriação da escrita histórica coloca em debate o alvo das discussões dos papéis sociais, seus lugares, suas nuances e tessituras e principalmente a ênfase em seus deslocamentos, tensões, consentimentos e negociações, redimensionando o poder e a presença de homens e mulheres nas parcelas e fragmentos da vida social.

Em 1970 houve a emergência de conhecimentos sobre as Histórias das Mulheres, numa associação com o feminismo na luta de um movimento sexista em complementaridade às preocupações dos direitos sociais.

O paradigma do patriarcado, no século XX, não mais se sustenta, pois mulheres e homens vêm-se diante de novas construções sociais que indicam condições materiais e simbólicas. As mulheres passam a integrar cada vez mais o mercado de trabalho, a pílula anticoncepcional deu às mulheres liberdade diante da reprodução, enfim, há partilha das responsabilidades.

Homens e mulheres descobrem desigualdades entre si, famílias homossexuais são constituídas e querem ser reconhecidas pela sociedade. Evidencia-se neste bojo uma crise da masculinidade.

Quando se analisa a relação de gênero englobando as questões sociais e culturais, para além de um paradigma dicotômico e patriarcal, podem-se perceber as nuances, tensões e interseções dos espaços plurais que entrelaçam a cultura feminina e a masculina e suas representações e práticas em todos os tempos. As relações travadas entre o ser feminino e o ser masculino são redefinidas entre si, e não mais separadamente, e revelam as construções sociais dos lugares femininos e masculinos em diferentes narrativas, e em diferentes épocas históricas.

As mulheres sempre participaram da história - no plano cultural jamais existiria sequer uma civilização sem a existência da mulher. O fato de que a vida política ou pública era considerada somente um lugar da ausência da mulher, não sustenta a ausência feminina de muitos outros exercícios de poder, que de forma mesmo que “indireta”, ou não legitimada, influenciava o poder público. Por exemplo: o poder da maternidade, das receitas de alimentos, a tecelagem de roupas para o inverno, remédios caseiros e tantas outras práticas femininas possibilitavam a sobrevivência. Neste sentido, podemos afirmar que o plano pessoal é político. As mulheres sempre participaram da História, por mais que a suas vozes fossem abafadas.

Quando se encara como políticas as ações consideradas como meros fatos sociais e identifica-se e nomeia-se a presença das mulheres nestes lugares, cumpre-se uma etapa necessária para o exame da sociabilidade feminina, de sua coragem e força, assim como de sua potencial mobilidade, pluralidade e conflitos sem, contudo, mascarar ou tentar anular as marcas das hierarquias, da violência, e da desigualdade sofridas.

É o caso de mulheres índias, por exemplo, que, nas guerras, parecem ausentes, mas de fato, as fazem quando acompanham os homens, carregando apetrechos do dia-a-dia, organizando o preparo do alimento para os guerreiros, tecendo suas redes, em ações nunca percebidas como políticas (COSTA, 2003, p.202).

Neste sentido pareceu-me interessante recapitular as diversas construções sociais relatadas por alguns estudiosos que se interessaram pela História das mulheres no Brasil e que revelam a importância delas dentro da História. O

nível de opressão feminina varia segundo as épocas. Mas pode-se perceber que em todos os séculos, as mulheres obtêm compensações de várias ordens, o que permite compreender as concessões e apropriações do jeito masculino de ser que perpetuam o sistema patriarcal, onde sem dúvida as mulheres foram as mantenedoras da moral e dos bons costumes, em nome de vantagens a elas concedidas, sem as quais o sistema patriarcal não poderia funcionar.

Segundo Costa (2003), entre as décadas de 70 e 80, a disciplina História das Mulheres expôs a complexidade das relações, colocando as mulheres como sujeitos históricos. De corte micro-analítico, a contribuição da história social do Brasil acerca da escravidão viria revelar as muitas faces da exclusão, da desobediência e da transgressão de homens e mulheres. Mais recentemente, na década de 90, com a contribuição da História Social da Cultura, os estudos sobre práticas e representações sociais têm auxiliado a desvendar a naturalização dos chamados sistemas de dominação. No Brasil, a noção de patriarcalismo, especialmente como descrita em *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freire (1933), impediria, por muito tempo, a localização de famílias chefiadas por mulheres, visão que vem se desconstruindo hoje.

Segundo Willems (1953), é muito provável que a estrutura da família brasileira de classes rurais inferiores ou baixas, durante o período colonial, em muitos aspectos seja diferente da família de outras classes sociais, pois as narrações feitas na época de viajantes e estrangeiros e de até mesmo de autores renomados como Oliveira Vianna e Gilberto Freire não contemplaram as classes baixas, e as famílias de classe alta das cidades passaram a ser a do discurso predominante na escrita da História.

As diferenças de gênero na família se manifestam nos papéis que cada um desempenha na sociedade (reprodutivo, produtivo e de gestão comunitária), nas responsabilidades, no conhecimento local, nas necessidades, nas prioridades relacionadas ao acesso, manejo, uso e controle dos recursos.

Contestando a idéia de naturalização dos papéis nas práticas sociais, no livro “XY – Sobre a Identidade Masculina”, Badinter (1993) afirma que as mulheres, por adquirirem e incorporarem a sua feminilidade de modo primário e

incontestado, têm uma identidade de gênero mais solidamente ancorada que a dos homens. Desta forma, percebe-se que a identidade de gênero é algo que foi fabricado, aprendido pelos sujeitos ao longo de sua trajetória de vida, e a família continua sendo a instituição mais forte na perpetuação dos papéis de gênero, visto que a primeira infância é tradicionalmente passada dentro da família.

Estudos como o de Mead (1971), na obra “Macho e Fêmea” confirmam que as sociedades sempre fizeram diferença entre homens e mulheres e utilizaram-se de várias formas e mecanismos para que elas se enquadrassem ao comportamento esperado. Tomando por base as características biológicas, elas aderem sua identidade nos significados culturais, crenças e preconceitos que servem para delimitar o que uns e outros são, que desde cedo moldará sua forma de ser no mundo.

A realidade e o conhecimento justificam-se assim pelas diferenças e pela identidade ancoradas nas práticas cotidianas do ser social, através da repetição dos padrões, que vão se tornando o modelo esperado a ser alcançado, via de regra, e que deve ser seguido para que o indivíduo sinta-se seguro diante de um mundo ameaçador.

As características de gênero são produções sócio-culturais que variam através da história e referem-se aos traços psicológico e cultural que a sociedade atribui a cada um a partir do que considera masculino e feminino, e apresentam-se como uma realidade interpretada por homens e mulheres, subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que formam um mundo coerente, mesmo que injusto.

Contudo, a análise de gênero implica necessariamente em estudar e compreender as formas de organização partilhadas e o funcionamento da sociedade, analisando as relações sociais dentro e fora do âmbito familiar. Relações transversais como classe, raça e etnia são contempladas nos novos aportes de estudo de gênero, pois influenciam muito as formas de estar e representar o todo social.

É neste caminho e através da dialética vislumbrada num campo de forças ambivalentes que se permite analisar as diferenças nas práticas entre homens e

mulheres e mulheres e mulheres no cotidiano, no dia-a-dia, levando em consideração as representações sociais de gênero, a ideologia dominante e suas conseqüências sobre os universos masculinos, femininos e a interseção de ambos, compartilhadas na construção social da realidade e que são utilizadas para perpetuar e reproduzir ou não as desigualdades de gênero, classe, raça e etnia.

Não se trata apenas de reconstituir os discursos e saberes específicos às mulheres, nem mesmo de lhe atribuir poderes não reconhecidos, mas compreender como as diversas culturas femininas se constroem simultaneamente num sistema de relações desiguais, e também como ela mascara as falhas e os conflitos que muitas vezes denuncia.

No artigo “Estratégias Matrimoniais”, Samara (1987), afirma que houve um certo exagero dos estudiosos e romancistas ao estabelecerem o estereótipo do marido dominador e da mulher submissa. Para o autor, no século XIX, as variações nos padrões de comportamento de mulheres de diferentes níveis sociais indicam que muitas delas trouxeram situações de conflito para o casamento, provocadas por rebeldia, insatisfação ou até mesmo porque os gênios não combinavam.

Através do processo das construções subjetivas de cada indivíduo inserido dentro de um campo de forças (como é visto via a técnica relacional de análise), seja ele homem ou mulher, é permitido vislumbrar as singularidades embutidas em cada ser e em cada realidade individual que, mesmo que invisível na escrita da história num primeiro momento, vão se constituindo em redes paralelas ao mundo objetivo e palpável, mas que ao longo do tempo revelam-se e rompem com a monotonia aparente de um mundo esquematizado e ordenado.

Se não se levar em consideração as cargas subjetivas e as experiências de vida individuais, muitas vezes perdidas nas representações sociais de gênero coletivas, tem-se uma visão apenas pré-concebida do senso comum, que não propicia emergir os vários conflitos e tensões nas relações sociais que o cotidiano revela por sua autenticidade.

Segundo os autores Luckmann e Berger (1966), é importante lembrar que o senso comum contém inúmeras interpretações, pré ou quase científicas, sobre a realidade cotidiana que admite como certa, sendo as diferenças nas relações sociais e culturais o que historicamente estabelece uma estrutura rígida e desigual.

Essas diferenças nas relações sociais e culturais são o que determinam as ideologias da sociedade, que em seu conjunto definem posições e determinam normas e regras de conduta e a aplicação do poder para grupos que são identificados e se identificam.

O que define o ser homem ou mulher não é proveniente apenas de características biológicas, mas sim do que é transmitido através da cultura, seguindo modelos apresentados pela sociedade. Isto se torna claro quando se toma por estudo culturas diferentes, como a indígena, por exemplo, e percebe-se claramente que os padrões de gênero possuem conotações completamente diferentes da cultura ocidental. No livro “Amor, Casamento e Separação”, Mindlin (1992) descreve a cultura da aldeia Suruí, em Rondônia, onde o casamento só pode acontecer se houver determinados laços de parentesco entre os noivos, e todas as outras uniões são vedadas. O casamento comum, por exemplo, é o de primos cruzados. A mulher, desde o nascimento, já está destinada ao noivo - e se a diferença de idade for muito grande, o tio adulto irá acompanhar o crescimento da nenezinha, num misto de pai e amante, imaginando a mulher em que se tornará, e os seus encantos futuros. Algo impensável, hoje em dia em nossa sociedade.

Para Badinter (1992), desde o surgimento do patriarcado na sociedade ocidental, os homens sempre se definiram como seres humanos privilegiados, dotados de alguma coisa a mais, indisponível para as mulheres. Eles se julgam mais corajosos, mais responsáveis, mais criativos ou mais racionais. Em resumo, melhores.

Esta ideologia serviu a um propósito camuflado, baseado no tripé hierarquia, ordem e poder, no sentido da manutenção do *status quo*. As

diferenças foram estabelecidas também pelo grau, ou seja, os homens são mais isto ou menos aquilo.

Entre as múltiplas visões, há uma que se apresenta como sendo a realidade por excelência. É a realidade da vida cotidiana. Sua posição privilegiada autoriza a dar-lhe a designação de realidade predominante.

Mas a realidade da vida apresenta-se também, além disso, como um mundo intersubjetivo, um mundo de participação com outros (compartilhar), mesmo que o partilhar comum de significados evidentes da vida cotidiana seja admitido como sendo a realidade propriamente dita.

A organização de gênero é uma estrutura de poderes, hierarquias e valores. A diferença de gênero, por si mesma, não cria distribuição desigual de poderes. De fato, a desigualdade de poderes se baseia na incidência dos sujeitos no mundo e na valorização que se faz dela.

Segundo Bourdieu (2002), um fator determinante da perpetuação das diferenças é a permanência que a economia dos bens simbólicos (do qual o casamento é uma peça central) deve à sua autonomia relativa, que permite à dominação masculina nela se perpetuar, acima das transformações dos modos de produção econômica, além do apoio permanentemente explícito que a família, principal guardião do poder simbólico, recebe da Igreja e do Direito.

A mulher ocupa uma posição de inferioridade em relação ao homem pelo simples fato de ter nascido fêmea. Ocupa posições subalternas pela forma que a sociedade constrói a idéia de mulher e a perpetua colocando em foco suas fragilidades. Os homens constroem as normas e as mulheres devem segui-las e introjetá-las numa espécie de violência simbólica. O gênero feminino fica em posição de sujeição, mas também de mantenedor desta violência na medida em que torna invisível o jogo dos consentimentos e compensações e faz assegurar o domínio dos homens e de sua representação, através de um modelo patriarcal.

A história das mulheres, da família e do feminismo aponta os lugares instituídos de identidades marcadas, mas pode proporcionar também uma visão privilegiada dos avanços e retrocessos destes papéis ao longo da História.

A linguagem é a principal ferramenta de reprodução, constrói edifícios de representação simbólica, que parece elevar-se sobre a realidade da vida cotidiana como gigantescas presenças de outro mundo. O mundo é constituído de signos e símbolos e a linguagem é capaz de transcender a realidade da vida cotidiana. Mas a linguagem constrói campos semânticos e esquemas de classificação para diferenciar os objetos em gênero ou em número. As pessoas são educadas para pensar de forma hierarquizada, com base na idéia de um gênero, classe, raça ou etnia superior e outro inferior. Para os efeitos das valorizações na sociedade e no mundo, pensa-se de antemão que apenas pelo fato de ser homem se é superior, e por ser mulher se é inferior. Esse processo de socialização e construção da identidade de gênero é estruturado a partir de questões bem concretas, como a educação, a forma de vestir, brincadeiras, histórias, símbolos, mas também pelo jeito de falar e pela aproximação do corpo.

O homem não é somente um corpo, mas tem um corpo, e esta originalidade da experiência oscila sempre entre o ser o corpo e ter um corpo. O homem se produz a si mesmo, mas não de maneira solitária: é sempre necessariamente um empreendimento social. A figura feminina, enquanto corpo, é associada à maternidade, à reprodução social e à explicitação da manifestação masculina de poder. Mas, em um determinado momento histórico, a maternidade passou a fazer parte das primeiras lutas das mulheres rumo a seu direito frente ao Estado.

Bock (1995), em *História das Mulheres no Ocidente*, destaca que nos estados-providência (Welfare State) contemporâneos, as pessoas pobres não eram mais alvo da caridade e da assistência, mas gozavam um direito reconhecido como tarefa do Estado. A princípio, até a primeira guerra mundial somente os homens eram cidadãos, o sistema de segurança discriminava as mulheres. A partir de meados do século XIX, depois da segunda guerra mundial, as mulheres de camadas mais pobres começaram a lutar pelos seus direitos e começaram a fazer ouvir sua voz. Utilizavam-se de meios inéditos, escrevendo cartas para as mulheres de camadas mais ricas e autobiografias.

Este exemplo, segundo a autora, ilustra bem como a maternidade criou um laço solidário entre as mulheres e o crescente nível de consciência das questões femininas.

Desta forma, torna-se urgente o desenvolvimento de estudos de gênero balizados pela ótica pós-estruturalista, que valoriza a mulher enquanto sujeito histórico e demonstra também a diferença entre as mulheres e os feminismos.

1.2. História das Mulheres

O cotejamento do extenso período da desqualificação da mulher enquanto sujeito histórico - uma quase invisibilidade da sua atuação - com as novas abordagens colocadas pelos estudos das últimas décadas propõe mudanças dos objetos postos pelas pesquisas atuais de gênero, estimulando debates e revisões conceituais dos estudos sobre as relações dialéticas de gênero no que tange a dominação, poder e contra-poder e nas distinções do público e privado, entre outros assuntos pertinentes à construção social da realidade.

Houve mudanças relevantes na forma de ressaltar, identificar e analisar os objetos da história social e, sem dúvida, houve o aumento dos estudos em história cultural, no que tange à importância das representações sociais. Assim como as contribuições crescentes do debate etnológico e antropológico, essas mudanças circunscrevem e influenciam os estudos dos papéis sexuais, trazendo e indicando outras expressões ainda não vislumbradas nos estudos de gênero.

Os estudos de uma nova figura feminina trazem à tona a compreensão do jogo dialético de compensações, de interferências ou de significações simbólicas que possam manter seu sentido social sem diluição. A pós-modernidade trouxe grandes mudanças, redimensionando a distância crítica da abordagem macro-social frente ao jogo das estruturas, trazendo à baila viradas teóricas e metodológicas.

Não é uma tarefa fácil para as mulheres romperem com a visão clássica dos estudos de gênero, que primam por destacar visões antagônicas entre os universos masculino e feminino. É como se houvesse uma clivagem permanente

entre os sexos e não uma compatibilidade, mesmo que muitas vezes permissiva em determinados assuntos.

A História das Mulheres por muito tempo oscilou entre sistemas binários de exclusão-inclusão, de tolerância-intolerância e, principalmente, de banalização, dando mais ênfase à opressão das mulheres do que ao uso da liberdade e do poder que as mulheres detêm e sempre detiveram ao longo da História por mais que, *a priori*, parecessem invisíveis ou camufladas.

Segundo Costa (2000), a História das mulheres burguesas na França a partir de 1860 retrata como elas tiveram que modificar seu papel na sociedade, pois foram excluídas de assuntos que estavam até então associadas, e passaram a administrar e cuidar da própria casa, composta de numerosa família e criadagem, e em consequência construíram uma nova representação de si mesmas e de seus valores, sempre em oposição à ideologia masculina da época. Pregava a fé contra a razão, a caridade contra o capitalismo, o matriarcado doméstico contra a gestão econômica e alta consciência moral contra o dinheiro.

Ao se colocar o eixo perpetuador da banalização em evidência, e mantê-lo na crítica a respeito das formulações existentes, consegue-se percebê-lo e redirecioná-lo para outros campos de estudos e de pesquisa histórica, fazendo avançar a posição da mulher em um mundo supostamente masculino.

A História não é apenas o cultivo do saber, mas a formulação de perguntas e questionamentos, arena característica da reflexão. Bourdieu (1993), em “A Miséria do Mundo”, atenta para a posição delicada e privilegiada do pesquisador em relação à resistência da objetivação quanto ao conhecimento prático, genérico ou prévio de alguma questão, já então familiarizada, e que é incapaz de produzir uma verdadeira compreensão do objeto a ser estudado. Para ele, se faz necessário um certo deslocamento e distanciamento do objeto a ser estudado para que ele possa ser decifrado, sempre atento em não ignorar as pré-noções do senso comum.

No contexto onde a ideologia patriarcal e a identidade cristalizam os papéis dos atores sociais, as escolhas conscientes e atentas são constitutivas de

um novo objeto, a História das Mulheres, desta vez sob um novo prisma e como um acréscimo à História já existente.

A parte que cabe às mulheres é difícil de ser reconhecida em suas questões singulares, diante das representações sociais sedimentadas na vida cotidiana, quase sempre invisíveis e intocáveis e, principalmente, pela generalização da palavra Homem como agente de formulação histórica. Mas é justamente o compreender e o saber conduzir-se que obriga intelectualmente a resolver os problemas.

Para Jodelet (1989) sempre existe a necessidade de saber o que se tem a ver com o mundo que cerca a pessoa e é necessário ajustar-se, conduzir-se, localizar-se física ou intelectualmente, identificar e resolver problemas que ele propõe. Eis porque se constroem representações.

Isto leva a crer, segundo a autora, que não se é isolado em um vazio social: partilha-se este mundo com os outros e da mesma forma que, em face de objetos, pessoas, eventos ou idéias, não se é (apenas) equipado de automatismos. Servem de apoio - às vezes na convergência, às vezes no conflito - para compreendê-lo, gerenciá-lo ou afrontá-lo.

E mais, na medida em que, segundo Konder (2002) em “A Questão da Ideologia”, se pertence a uma cultura particular, a uma determinada história, a uma classe social, a ideologia assume, inevitavelmente, uma função mediadora nas representações da realidade e constitui uma espécie de pré-compreensão. Mas, Konder mesmo ressalta, o sujeito pode criar um certo distanciamento em relação ao seu objeto e em relação a si mesmo e que, na dinâmica do aprofundamento, abre-se à possibilidade da crítica, e é possível que esta crítica venha a se constituir num saber.

Segundo o autor, a História sempre se inclina a conceituar o sujeito da história como neutro e universal, pouco preocupada com a diferenciação sexual. Essa universalidade mascarou a necessidade de se trabalhar as masculinidades e as feminilidades, que se modificam de contexto para contexto, sendo, portanto, múltiplas, apesar das permanências e hegemonias.

A História das mulheres toma seu impulso em 1970, apoiada pela explosão do feminismo e articulada ao

crescimento da antropologia e da história das mentalidades, incorporando as contribuições da história social e dos aportes das novas pesquisas sobre memória popular (COSTA, 2001, p. 8).

Desta forma as feministas começaram a se preocupar em desfazer as noções abstratas de “homem” como identidade única, ahistórico e universal, para pensá-la nos deslocamentos, como uma diversidade no bojo da historicidade de suas inter-relações, rastreando-a como múltipla, mutante e diferenciada no plano das configurações práticas, prescrições, representações e subjetividade. Para Costa (2001) , este é um momento de suma importância, pois as feministas fazem a História mesmo antes que os próprios historiadores as façam, e literalmente entraram na História querendo fazer valer o respeito por suas identidades pessoais e sociais, expressando na sua luta medidas urgentes de transformações sociais.

Neste sentido, é importante ressaltar quais são as formas reconhecidas nas e pelas representações sociais.

Reconhece-se geralmente que as representações sociais, enquanto sistemas de interpretação, regem nossa relação com o mundo e com os outros, orientando e organizando as condutas e as comunicações sociais. Igualmente intervêm em processos tão variados quanto à difusão e a assimilação dos conhecimentos, o desenvolvimento individual e coletivo, a definição das identidades pessoais e sociais, a expressão dos grupos e as transformações sociais. (JODELET, 1989, p. 5).

E mais, no contexto particular onde a ideologia e a identidade são constitutivas do objeto estudado e pelos sistemas simbólicos estruturados, a História das mulheres é um acréscimo geral e coloca abertamente questões concernentes aos modos de análise dos papéis sexuais, matéria que suscita indagações acerca da apropriação do campo de estudo diante de inúmeras visões a respeito do assunto estudado de forma a relacionar-se com os objetos de outras formas e gerando novas representações.

O processo da representação referencia um ato de pensamento através do qual o sujeito estabelece uma relação com o objeto. Embora possa ser pessoa, coisa, evento, idéia ou teoria, real ou imaginário, sempre é necessária a busca de

um objeto. Neste sentido, uma parte das historiadoras percebe o perigo do isolamento intelectual, na medida em que se abre um campo de pesquisas posto pela tendência que conduz ao estudo das representações sociais, e se vê obrigada a afinar seus conceitos e dirigir um olhar mais crítico sobre tudo aquilo que produziram para não caírem de novo no esquecimento intelectual.

O reconhecimento oficial da “questão da mulher”, enquanto categoria histórica, veste-se pelo prisma das próprias mulheres e é reconstituído simbolicamente, ampliando algumas interrogações formuladas sobre a direção dada por elas mesmas aos conceitos estudados, assim como reativa antigas fragilidades, como o medo de que a História das Mulheres não chegue a ser um capítulo respeitável na produção de uma visão geral da História.

As fragilidades femininas são freqüentes e repetitivas, e há uma tendência na escolha de se retratar o estudo do corpo e da sexualidade e a dialética da opressão e dominação, numa espécie de discurso que induz a uma fascinação pela infelicidade e pela culpabilidade, decorrente de desconhecimento da história do feminismo e sua articulação com a história política e social, o que mostra uma falta de reflexão metodológica e, sobretudo, teórica.

Bourdieu (2002) ressalta que a dominação masculina é uma forma de violência simbólica, insensível e invisível às suas vítimas, no caso as mulheres. Essa violência não precisa recorrer a discursos para legitimá-la, pois consegue prevalecer graças à naturalização, salvo uma revolta subversiva que consiga romper a inversão de categorias de percepção e avaliação.

Paralelamente às incertezas, a própria História muda de fisionomia e se reconstrói, segundo inflexões que não são inteiramente perceptíveis quando surgem. Essa tomada de consciência se faz no interior da tendência ao conjunto da pesquisa histórica: a de incorporar as contribuições vindas da história das mentalidades e da atualização de novos objetos.

Neste percurso, um campo novo de pesquisas é chamado a desenvolver-se: a história das representações sociais e culturais (numa proporção menor do que aquela das representações políticas). É neste quadro que uma nova noção

encontrou seu lugar, a da “cultura feminina”, lugar das análises dos gestos e das práticas. Seria uma ruptura com o mundo familiar que confere os pressupostos tácitos do conhecimento antes adquirido, mas que não acarretou transformações sociais.

O conhecimento que podemos chamar de objetivista constrói relações objetivas (isto é econômicas ou lingüísticas), que estruturam as práticas (ou seja, em particular, o conhecimento primeiro, prático e tácito, do mundo familiar), ao preço de uma ruptura com esse conhecimento primeiro e, portanto, com os pressupostos tacitamente assumidos que conferem ao mundo social seu caráter de evidência e de natural: com efeito, somente se nos colocarmos a questão - que a experiência dóxica do mundo social exclui por definição das condições particulares que tornam possível esta experiência é que o conhecimento objetivista pode estabelecer as estruturas objetivas do mundo social e a verdade objetiva da experiência primeira enquanto privada do conhecimento explícito destas estruturas (BOURDIEU,1972,p.162).

Neste sentido, o jogo das oposições simbólicas entre o masculino e o feminino, sempre movediço e com significações diferentes segundo épocas e motivos, rompe momentaneamente as estruturas e constitui-se numa maneira de mostrar que os papéis sexuais, que se construíram solidamente para lutar contra toda forma de indiferenciação sexual, considerados como decisivos para as sociedades, podem ser rompidos e modificados através de uma reflexão metodológica variada, tornando possível enfrentar os impasses através de novas perspectivas, ou seja, numa abordagem cultural dos sexos.

No entanto, num estado do campo em que se vê o poder por toda parte, como em outros tempos não se queria reconhecê-los nas situações em que ele entrava pelos olhos dentro, não é inútil lembrar que - sem nunca fazer dele, numa outra maneira de o dissolver, uma espécie de círculo cujo centro está em toda parte e em parte alguma “- é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhes são sujeitos ou mesmo o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 7-8).

Segundo Costa (2000), é justo afirmar que pertencer a um ou outro sexo diferencia atitudes, crenças e códigos numa determinada sociedade. Isto também diferencia as sociedades entre si e, graças a isto, novos campos de pesquisa foram abertos, ressaltando-se o seguinte: a identificação de objetos, de lugares e de condutas femininas que têm como função desconstruir o reforço às relações que fundamentam a perpetuação da dominação e da inflexão do binômio dominação masculina / opressão feminina, e que contribuam para assegurar a domesticação dos dominados, antes subjacentes, em todos os estudos sobre papéis sexuais.

Os estudos acerca da apreensão das relações de gênero podem e devem ser colhidos no cotidiano e na intimidade da vida de homens e mulheres numa perspectiva de desconstrução social, que abranja a pluralidade dos sexos e suas práticas, para além da visão retrógrada e biologizante dos sexos, dos primeiros estudos das relações de gênero. Trata-se de fazer da História das Mulheres uma tomada de consciência histórica, através da compreensão da organização da vida social e da complementaridade das relações que são travadas no cotidiano entre os atores sociais. Considerar apenas o lado anatômico simplifica e isola o sistema complexo de subordinação, poder e desigualdades sociais entre pessoas inclusive do mesmo sexo.

Após o estudo da importância de respeitar a história das mulheres no seu cotidiano, mergulho na questão contemporânea da feminização da pobreza.